

PMDB quer que governo estenda a moratória da dívida externa

20 AGO 1987

André Gustavo Stumpf

BRASÍLIA — O governo brasileiro deve manter a moratória até que as resistências sejam superadas e adotar unilateralmente um esquema de reestruturação “de nossas obrigações externas que corresponda à capacidade de pagamento do país”. Estas são algumas das sugestões contidas num documento confidencial da Fundação Pedroso Horta, do PMDB, que foi distribuído na sexta-feira ao presidente do partido, ao ministro da Fazenda e a alguns governadores de estado.

O documento, denominado *A reestruturação da dívida externa brasileira: as posições do PMDB e a atual fase de negociação*, tem 11 páginas e foi produzido pelo esforço conjunto de economistas que estão dentro e fora do governo. Ninguém na Fundação Pedroso Horta concordou em fornecer os nomes dos autores, nem dos destinatários — apenas 12 — do documento, para não comprometer quem está no governo, nem envolver aqueles que estão na iniciativa privada.

O documento insiste em que “a moratória é o principal instrumento de negociação de que dispõe o Brasil”. Lembra que, ao contrário da opinião existente dentro do país, a moratória “não acarretou retaliações. Em termos estritamente financeiros, o balanço é claramente positivo: as perdas decorrentes de certa elevação de *spreads* e encurtamento de prazos nos projetos III e IV e da redução do montante das linhas voluntárias de curto prazo estão sendo amplamente superadas pela economia de cerca de 4,5 bilhões de dólares correspondentes aos juros não transferidos para o exterior em 1987”.

Os economistas do PMDB manifestam-se contra o pagamento simbólico dos juros porque, “independentemente da classificação norte-americana, o Brasil já está há vários anos excluído do mercado internacional de crédito voluntário”. O documento critica a criação de um “clima

de boa vontade”. “É difícil encontrar, na experiência anterior de negociação com os bancos estrangeiros, evidência de que as inúmeras concessões tradicionalmente feitas pelo Brasil na mesa de negociação tenham gerado maior boa vontade em relação às nossas necessidades”.

O texto assume a impossibilidade de o Brasil assinar um acordo com o FMI depois de se entender com os bancos credores. “Para os governos dos principais países credores, tal idéia tem baixa aceitabilidade e somente estimula pressões no sentido de assinarmos tal acordo prévia ou simultaneamente à negociação com os demais credores”. O documento também faz algumas críticas ao plano macroeconômico que apresenta, segundo o texto, quatro deficiências básicas: limita-se aos anos de 1987 e 1988, o que nos levaria à necessidade de decretar nova moratória em 1989; não reduz suficientemente a transferência de recursos; o refinanciamento dos juros continuaria baseado na montagem de pacotes de dinheiro novo; e, no que se refere ao Clube de Paris, não se propõe capitalização de juros”.

O documento da Fundação Pedroso Horta insiste na conveniência de não precipitar o início das negociações com os bancos comerciais, porque, entre outras razões, o nível das reservas cambiais “deverá elevar-se significativamente ao longo dos próximos meses”. Os economistas do PMDB insistem, também, na necessidade de redefinir as condições de negociação mudando o local das reuniões — que é “sistematicamente o escritório da firma de advocacia de Nova Iorque que há mais de 100 anos presta serviços ao Citicorp”.

O documento assinala, também, que o comitê de assessoramento do Brasil é uma ficção, “quando na realidade é a parte oposta na negociação e obriga o governo brasileiro a arcar com todas as despesas dos representantes dos bancos estrangeiros na negociação, que incluem desde hospedagem em hotéis de primeira classe, viagens internacionais também em

primeira classe, e demais gastos de viagem, despesas de telex e telefone, até a contratação de advogados brasileiros que assistem os bancos estrangeiros na interpretação de nossa legislação”.

A proposta da Fundação Pedroso Horta é de que o Congresso Nacional seja chamado a aprovar as linhas-mestras do mandado negociador da parte brasileira, inclusão de observadores parlamentares na delegação negociadora, a exemplo do que fez a Argentina, e o estabelecimento do princípio de que toda negociação se fará *ad referendum* do Congresso Nacional. As bases financeiras para a negociação são as seguintes: eliminação do *spread* para o estoque da dívida de médio e longo prazos com bancos comerciais; capitalização plurianual de uma parcela preponderante dos juros devidos nos próximos cinco anos; medidas de proteção contra eventual elevação das taxas de juros internacionais; e outros mecanismos ou cláusulas de salvaguardas destinados a preservar a viabilidade do novo esquema de pagamento em face da evolução adversa de fatores fora do controle do governo brasileiro.

☐ Os governadores, através de seus secretários de Fazenda, estão pressionando a Secretaria do Tesouro para incluir na rolagem (refinanciamento) das dívidas dos estados, com risco do Tesouro, as chamadas “dívidas por autofinanciamento” — contraídas nos bancos, por empreiteiras, com aval dos governos estaduais, para realização de obras.

Técnicos da Secretaria do Tesouro estimam que a inclusão dessas dívidas pode aumentar em 50% o custo da rolagem das dívidas de estados e municípios, previsto em CZ\$ 82 bilhões. Mas não é apenas o custo financeiro da rolagem dessas dívidas que preocupa os técnicos do Tesouro, mas também o seu aspecto ético.